

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO
REQUERIMENTO Nº DE 2009
(da Sra. Iriny Lopes)**

Requer a realização de **Audiência Pública**,
para tratar da violência contra a mulher.

Senhor Presidente,

Requeiro, de conformidade com os termos regimentais, a realização, no próximo dia 27 de setembro de 2009, de Audiência Pública visando tratar de questões relacionadas ao “Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher”(requerimento nº 140/2009, já aprovado nessa Comissão), bem como fazermos uma avaliação da Lei “Maria da Penha”, nesse momento em que ela completa três anos do seu sancionamento.

J u s t i f i c a t i v a

Conhece bem essa Comissão os terríveis indicadores da violência contra a mulher em nosso País. Cerca de 43% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, a cada 15 segundos uma mulher é espancada (2,1 milhões de mulheres ao ano, no mínimo), há mulheres que sofreram abusos por mais de 10 anos, ou mesmo por toda a vida. A violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social.

Nesse contexto, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres deseja alcançar, não só a redução dos índices de violência e o combate à impunidade dos agressores, mas sobretudo a prevenção e a promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade. Porque é preciso combater a violência combatendo os agressores, mas é preciso, sobretudo, evitar que a violência aconteça. A Lei nº 11.340/2006, a Lei “Maria da Penha” surgiu como forma de proporcionar instrumentos adequados para enfrentar um problema que aflige grande parte das mulheres no Brasil e no mundo, que é a violência de gênero.

A necessidade do desenvolvimento de políticas públicas integradas, a importância da mobilização e da disseminação, tanto do Pacto Nacional quanto dos resultados da lei Maria da Penha, corroboram a necessidade de “em caráter de urgência” realizemos nesta Comissão, a Audiência Pública objeto deste

Requerimento. Queremos sugerir que sejam ouvidas a Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência de República, a Dra. Analba Brazão, da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e a Dra. Laís Cerqueira, Coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT, para debater o tema com a autora do presente e com nossos pares, sem prejuízo de outros nomes que venham a ser apresentados pelos demais membros desta CSPCCO.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2009

Deputada Iriny Lopes-PT/ES